O Ativismo Judicial no que diz respeito as políticas públicas de saúde à luz dos princípios da isonomia e da reserva do possível¹

Fábio Augusto de Paula²

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de fazer uma reflexão acerca da crescente demanda Judicial no que diz respeito a área da saúde, bem como analisar algumas de suas consequências, realizando a seguinte problematização: o ativismo judicial, no que diz respeito a políticas públicas de saúde, quando analisado em um contexto global, pode ser prejudicial? Para tanto, utilizaremos o método da revisão bibliográfica de forma a visualizar, primeiramente, a saúde como um direito fundamental, passando pelo princípio da Isonomia e ponderando os princípios da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial, para desaguar, por fim, nos fundamentos jurisprudenciais que levam o Judiciário a intervir nas políticas públicas de saúde, ainda que de forma indireta. Observaremos, ainda, se a intervenção é mais benéfica ou maléfica, em um contexto global, em confrontações com os princípios discutidos ao longo do trabalho. São assuntos polêmicos, em que a sociedade se envolve e arca com as consequências, devendo serem melhores analisados e postos em prática, visando o bem maior, a coletividade.

Palavras-Chave: Intervenção do Judiciário em Políticas Públicas de Saúde – Isonomia – Reserva do Possível – Mínimo Existencial

1 Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou expressamente em seu texto diversos direitos fundamentais, procurando assegurar aos administrados uma maior segurança e uma redemocratização, devido ao contexto a qual foi promulgada, posterior ao regime ditatorial.

Dentre as inovações, temos a inserção do tema saúde pública elevada a uma dimensão até então inexistente, pela qual o Estado estaria obrigada em prestá-la, conforme entabulado no art. 196 da Carta Maior.

Contudo, frente a inércia ou morosidade de o Estado garantir efetivamente os direitos fundamentais, o Judiciário, com fundamento primordial no princípio da inafastabilidade jurisdicional, entabulado no art. 5º, XXXV da Constituição Federal tem intervindo, cada vez com mais frequência, nas políticas públicas de saúde no intuito de tornar efetiva as garantias constitucionais previstas.

Em assim sendo, faz-se necessário realizar a seguinte indagação: o Ativismo Judicial, dentro das políticas públicas de saúde, quando analisados em um contexto global, é prejudicial?

Nesse contexto, a intervenção do Judiciário, de forma excessiva, embora amparada pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, pode gerar prejuízos à coletividade, ao passo que as decisões pontuais proferidas afetam, ainda que

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Disciplina de Seminário de Monografia no curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves - IPTAN

² Acadêmico do curso de Direito do IPTAN

indiretamente, toda a população, devendo, para tanto, serem observados os princípios da isonomia e da reserva do possível.

Assim, justifica-se o presente estudo, haja vista a necessidade de uma análise crítica das decisões judiciais proferidas, frente à finitude de recursos, os princípios constitucionais reguladores e as políticas públicas de saúde preexistentes.

Trata-se de pesquisa eminentemente teórica, por meio de revisão bibliográfica, sendo utilizados como fontes secundárias Manuais de Direito Constitucional bem como artigos colhidos da internet relacionados ao tema e, como fonte primária, será utilizada a pesquisa jurisprudencial, ponderando os princípios expressos e implícitos em nossa constituição diante das decisões judiciais prolatadas, no intuito de verificar se de fato a intervenção judicial é mais benéfica que maléfica em um contexto global.

O trabalho abordará, primeiramente, a saúde pública como um direito fundamental, sendo obrigação do Estado em prestar assistência aos seus administrados, de forma ampla e geral. Depois, traremos o conceito do princípio da isonomia bem como a análise do princípio da reserva do possível e do mínimo existencial. E, por fim, averiguaremos se a intervenção do Judiciário em políticas públicas de saúde é mais benéfica ou maléfica, em confrontação com os aludidos princípios.

A presente pesquisa permitiu concluir que a atuação do Judiciário em Políticas Públicas de Saúde é necessária, embora não seja, nem de longe, a solução mais adequada quando analisado dentro de um contexto global, haja vista a duplicidade de gastos para obtenção de um mesmo resultado, qual seja, a garantia do direito à saúde.

2 A saúde como um direito fundamental

O objetivo geral da pesquisa gira em torno de uma reflexão acerca da crescente demanda Judicial no que diz respeito a área da saúde, com decisões que forcem o Estado a cumprir as determinações de maneira compulsória. Será realizada uma pesquisa eminentemente teórica, por meio de revisão bibliográfica, sendo utilizados como fontes secundárias Manuais de Direito Constitucional bem como artigos colhidos da internet relacionados ao tema e, como fonte primária, será utilizada a pesquisa jurisprudencial, ponderando os princípios expressos e implícitos

em nossa constituição diante das decisões judiciais prolatadas, no intuito de verificar se de fato a intervenção judicial é mais benéfica que maléfica em um contexto global.

A preocupação com a saúde pública ganhou uma repercussão muito grande nas últimas décadas, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A atual constituição levou o tema saúde pública a dimensão até então inexistente, de forma universal e dever do Estado em prestá-la, conforme se constata na redação dada ao art. 196 do referido diploma legal, com a seguinte redação: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Dito isso, devemos lembrar que é uma obrigação do Estado em prestar assistência a seus administrados, de forma ampla e geral, tratando-os com isonomia, garantindo-lhes o direito à saúde e os seus desdobramentos, esse é um fato inegável.

Em consonância com o supracitado artigo, o judiciário tem se manifestado favoravelmente ao cumprimento integral do referido diploma legal e, a título exemplificativo, merece citação a decisão inframencionada:

O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional. (RE 607.381-AgR, rel. min. **Luiz Fux**, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJE de 17-6-2011.)

A atuação do Judiciário, de forma ativista, se dá em virtude da cumulação do art. 5º, XXXV, a qual teor, *in verbis*, se transcreve: “a lei não excluirá da apreciação do judiciário lesão ou ameaça de lesão” com o art. 196 ambos da Constituição Federal, ao passo que, devido a inércia ou morosidade do legislativo e/ou executivo, este último também compreendido como administrativo, o Judiciário, quando provocado, faz a interpretação de forma ampla do direito à saúde.

Há quem entenda que a atuação do judiciário vai de encontro ao Princípio da Separação dos Poderes, entabulado no art. 2º da nossa carta maior, que possui a

seguinte redação: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Embora não seja objeto direto do presente estudo, esse viés deve ser afastado, principalmente com fundamento no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88), sendo que, nos casos que envolvem saúde pública, o Judiciário, quando provocado, tão somente efetiva/concretiza um direito fundamental previamente garantido, ou seja, faz a aplicação ampla do art. 196 da Constituição.

Nessa linha de raciocínio e, em conformidade com Barroso (2015), compreendemos que o Judiciário tem uma conduta ativista, ampliando a aplicação do art. 196 da CRFB/88, ao passo que atende as necessidades sociais no que pertine à saúde, de forma ampla, frente a morosidade das demais instituições estatais, ou seja, é uma atitude do judiciário proativa de interpretar a constituição, expandindo o seu alcance, diferindo-se, pois, da judicialização, sendo que, nesta última, ocorre, em suma, uma transferência do poder político para o Judiciário, no que pertine a decisões de cunho político ou moral que geram controvérsia na sociedade, interferindo na decisão de outros poderes, sendo, pois, um fato (Barroso, 2015).

Ainda assim, devemos lembrar que os direitos fundamentais não são absolutos ou intransponíveis e, sempre que possível, devem ser sopesados em conjunto com outros direitos de igual valor e com os princípios expressos e implícitos em nossa constituição, assim, merece destaque outra citação em julgado realizado pela nossa suprema corte, para fins de utilização pragmática e análoga:

[...] os direitos individuais, conquanto previstos na Constituição, não podem ser considerados ilimitados e absolutos, em face da natural restrição resultante do 'princípio da convivência das liberdades', pelo quê não se permite que qualquer deles seja exercido de modo danoso à ordem pública e às liberdades alheias. Fala-se, hoje, não mais em direitos individuais, mas em direitos do homem inserido na sociedade, de tal modo que não é mais exclusivamente com relação ao indivíduo, mas com enfoque de sua inserção na sociedade, que se justificam, no Estado Social de Direito, tanto os direitos como as suas limitações [...]. (ADPF 130/DF, rel. min. **Carlos Britto**, julgamento em 30-04-2009, DJE de 06-11-2009.)

Na mesma sintonia de raciocínio, bem leciona Luiz Roberto Barroso (2015):

[...] direitos fundamentais não são absolutos e, como consequência, seu exercício está sujeito a limites; e, por serem geralmente estruturados como princípios, os direitos fundamentais, em múltiplas situações, são aplicados mediante ponderação. Os limites dos direitos fundamentais, quando não constem diretamente da Constituição, são demarcados em abstrato pelo legislador ou em concreto pelo juiz constitucional. [...] (p. 371).

3 O princípio da Isonomia

A atual Constituição Brasileira consagrou o princípio da isonomia em diversos artigos de seu texto, sendo que seu conceito base pode ser retirado do art. 5º, *caput*, do referido diploma legal, preestabelecendo o tratamento igualitário e afastando qualquer tipo de distinção, conforme teor *in verbis*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”.

Nesse contexto, a isonomia, em tese, deve ser utilizada em todas as esferas da sociedade, ressalvados os casos em que a própria constituição fará distinção. Parte da doutrina entende que o conceito de isonomia se divide em dois grandes blocos, a igualdade formal, advinda da própria lei, e a igualdade material, advinda da própria situação fática. Nesse sentido, pondera Alexandre de Moraes (2016):

De uma parte, frente ao legislador ou ao próprio executivo, na edição, respectivamente, de leis, atos normativos e medidas provisórias, impedindo que possam criar tratamentos abusivamente diferenciados a pessoas que encontram-se em situações idênticas. Em outro plano, na obrigatoriedade ao intérprete, basicamente, a autoridade pública, de aplicar a lei e atos normativos de maneira igualitária, sem estabelecimento de diferenciações em razão de sexo, religião, convicções filosóficas ou políticas, raça, classe social. (s.p.).

Observa-se, pois, que o princípio da isonomia não está adstrito tão somente ao processo de criação da lei, mas também em sua aplicação no caso em concreto, de forma mais global e igualitária possível, sem que terceiros fiquem prejudicados, no intuito de garantir o direito de todos de forma democrática.

4 O princípio da Reserva do Possível e do Mínimo Existencial

O princípio da reserva do possível tem origem na Alemanha, por uma decisão proferida em sua Corte Constitucional no ano de 1972, a qual estava relacionada com o número de vagas em faculdade, limitando-as para uma melhor efetividade em sua prestação por parte do Estado. Tal princípio tem sido usado como paradigma e

de forma análoga frente à finitude de recursos, dessa forma, bem leciona Gilmar Mendes (2015):

A dependência de recursos econômicos para a efetivação dos direitos de caráter social leva parte da doutrina a defender que as normas que consagram tais direitos assumem a feição de normas programáticas, dependentes, portanto, da formulação de políticas públicas para se tornarem exigíveis. Nessa perspectiva, também se defende que a intervenção do Poder Judiciário, ante a omissão estatal quanto à construção satisfatória dessas políticas, pode violar o princípio da separação dos poderes e o princípio da reserva do financeiramente possível (p.642).

No mesmo sentido, e ainda fazendo a ressalva de que o princípio da reserva do possível deve ser utilizado tão somente em caráter excepcional, como um princípio de *ultima ratio*, entende Nathalia Masson (2016):

Ressalte-se, ainda sobre esta dimensão da teoria da “reserva do possível”, a impossibilidade de a cláusula da reserva do possível servir de fundamento, ao Poder Público, para frustrar e inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição. Nesse sentido, ressalvada a ocorrência de motivo justo e objetivamente verificável, a reserva do possível não pode ser alegada pelo Estado no intuito de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações firmadas no texto constitucional [...] (p.293).

No intuito de encontrar um ponto intermediário na prestação à saúde pública, preservando os princípios da isonomia e da reserva do possível, Lazari (2012) faz a importante ressalva de que, devido ao grande número de áreas assistencialistas prestadas pelo Estado e o limite financeiro, existe uma incompatibilidade na prestação de todas elas e, portanto, sacrifícios devem ser feitos para a adequação ao momento econômico vigente e ressalva, ainda, que quanto melhor a situação financeira, menor deve ser a utilização do aludido princípio.

5 A prejudicialidade da intervenção excessiva do Judiciário em políticas públicas de saúde

Inicialmente, devemos compreender dois aspectos primordiais dentro de nosso cenário jurídico nacional: o primeiro está ligado às amplas garantias previstas na constituição, tornando-se, pois, um Estado essencialmente assistencialista e a segunda ligado à evidência em que se encontra o Poder Judiciário, tornando-se um meio para efetivação das garantias constitucionais.

Dentro desse cenário, no qual a demanda Judiciária é crescente e, frente à ausência de critérios objetivos no deferimento de tutelas de urgências, torna-se importante a análise, de forma crítica, de decisões Judiciais que impõe aos Estados

a prestação de diversos procedimentos relacionados à saúde, com cumulação de astreintes e bloqueio de valores via sistemas conveniados.

O que se percebe nos últimos anos é uma interferência excessiva e prejudicial do poder Judiciário nas políticas públicas de saúde. O Judiciário, com intuito de fazer valer a norma constitucional prevista no art. 196, impõe ao poder executivo que preste qualquer tipo de medicamento e procedimento hospitalar, independentemente dos custos orçamentários que este venha a causar e, em vários casos, com prazo exíguo para seu cumprimento. Ora, pois, esquece-se o Judiciário que os recursos financeiros são finitos e que tais medidas afetam, ao menos indiretamente, o planejamento econômico feito pelo poder executivo.

Importante ressaltar que, a imposição de multa e bloqueios de valores via sistemas conveniados com o judiciário é outra prática comum, no intuito de se efetivar o cumprimento da ordem imposta e, assim sendo, acabam por ganhar prioridade no cumprimento em detrimento aos demais administrados. Nesse entendimento, observa-se a jurisprudência assim ementada:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO -BLOQUEIO DE VERBA -BACENJUD - POSSIBILIDADE- AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DEMONSTRADA - PRECLUSÃO - INOCORRÊNCIA - REDUÇÃO DO TETO DAS ASTREINTES -POSSIBILIDADE - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.

- Em sede de Agravo de Instrumento o julgador deve se ater, num exame da presença dos requisitos indispensáveis à concessão da medida de urgência pleiteada.

- A saúde é direito fundamental para a preservação da vida e cabe ao Estado (sentido amplo) promover meios para sua realização, fornecendo todas as condições necessárias para o seu pleno exercício.

- O direito do cidadão deve ser amplo e integral, de forma que, uma vez recomendado determinado tratamento como o mais adequado para aquele caso específico, não pode ser negado ou condicionado o seu fornecimento.

- Na espécie, restou comprovada a ausência de cumprimento por parte do Estado de Minas Gerais da decisão agravada que antecipou os efeitos da tutela recursal, o que autoriza o deferimento do bloqueio, por meio do Bacenjud.

- Sabe-se que a jurisprudência, em se tratando de obrigação de fornecer medicamento/tratamento necessário ao cidadão, tem admitido a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública.

- Atenta aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendo pertinente a redução do teto da multa.

- Recurso parcialmente provido (Agravo de Instrumento CV 1.0271.1.014132-0/001 0194210-58.2016.8.13.000 (1), rel. Des. (a) **Heloisa Combat**, julgamento em 21-07-2016, DJE de 26-07-2016).

Pelo julgado supracitado, observa-se que o Estado arcou com o fornecimento de medicamento, através do bloqueio de valores via sistema conveniado – Bacenjud – e, ainda, arcará com uma multa pelo atraso no fornecimento, ou seja, dois gastos para o mesmo fim, sem contar os gastos com a movimentação da máquina judiciária.

O bloqueio de valores via sistema Bacenjud e a imposição de astreintes ocorre em virtude da demora de o Estado fornecer o medicamento/procedimento pleiteado na via judicial, contudo, tais determinações, quando em demasiado, descontrolam os recursos predeterminados para as diversas áreas no qual o Estado é incumbido de prestar assistência.

Consoante ao entendimento de que os gastos com a judicialização é crescente e, de certa forma prejudicial aos cofres públicos, quando analisada de uma maneira global, a revista Valor Econômico, por matéria da autoria de Arthur Rosa, em 15/04/2014, publicou uma nota acerca do tema, a qual trecho se transcreve:

União, Estados e municípios têm respondido a uma avalanche de ações para o fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos não listados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que tem afetado os cofres públicos. Só para o governo federal, o impacto de uma derrota em todos os processos seria de R\$ 3,93 bilhões - o equivalente a 4% do orçamento deste ano do Ministério da Saúde (cerca de R\$ 106 bilhões). O valor está no anexo "Riscos Fiscais" da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Lei nº 12.919, de dezembro de 2013.

Observa-se, pois, que os gastos com demandas judiciais são estratosféricos e vão além das políticas públicas de saúde preexistentes estipuladas pelo poder executivo, seja na esfera federal, estatal ou municipal.

Ademais, em um Estado cuja constituição é amplamente assistencialista, como é o caso do Brasil, importante se faz ponderar os recursos preexistentes para se evitar desigualdades. Nesse contexto, a reserva do possível e a isonomia se tornam importantes princípios norteadores das decisões Judiciais e, apesar de a reserva do possível ser um princípio de *ultima ratio*, ou seja, deve ser alegado somente em casos excepcionais, não pode ser deixado de lado, principalmente quando analisado em conjunto de outros fatores, como por exemplo, a predestinação de recursos orçamentários e a existência de procedimentos previamente estipulados.

Isso posto, torna-se necessário a utilização de critérios minimamente objetivos e norteadores, tanto para elaboração quanto para cumprimento das decisões Judiciais referentes à área da saúde, pois afetam, ainda que indiretamente, a sociedade como um todo.

Em sede de julgamento da Suspensão de Tutela Antecipada 175 (STA 175-Agr/CE), tendo como presidente relator o Ministro Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se acerca do tema, ponderando diretrizes gerais quando prolação de decisões relacionadas a procedimentos de saúde, ressaltando, em suma, que deve ser observada a existência de política pública de saúde preexistente e/ou tratamento similar ao pretendido e, caso sejam inexistentes, observar se há motivo justificado para tanto, como por exemplo, vedação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Apesar dos critérios mínimos preestabelecidos no julgamento supracitado, diversas decisões judiciais não são efetivamente cumpridas devido à ausência de recursos econômicos para tanto ou, ainda, devido à burocracia imposta, ou seja, antes que o procedimento tenha sua tramitação interna de avaliação, o judiciário por meio de tutelas de urgência, impõe o cumprimento sob pena de astreintes e, em seguida, realiza o bloqueio de valores via sistema conveniado. Além do mais, tais decisões judiciais acabam por desrespeitar a “fila de espera de pacientes”, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, realocam recursos previamente distribuídos para tentativa do cumprimento da decisão e obrigação imposta.

O intuito não é eximir a responsabilidade do poder público na prestação assistencial à saúde, mas elaborar uma proporcionalidade, visto que, sem uma análise objetiva, começa-se um ciclo vicioso pelo qual os recursos serão destinados sem um planejamento e, por consequência, não terão uma boa efetividade.

Em que pese a imposição exaustiva pelo Judiciário na condenação ao fornecimento de procedimentos relacionados à saúde, isso pouco ajuda na solução efetiva do problema, visto que o processo deveria ser realizado de forma preventiva e não repressiva ou corretiva, como ocorre atualmente, sendo o judiciário utilizado como válvula de escape frente a inefetividade das garantias constitucionais preexistentes.

6 Considerações finais

Podemos perceber, ao percorrer o presente estudo, que o Estado tem uma obrigação, advinda da Constituição Federal, em garantir o direito a saúde a todos, conforme antevisto no art. 196 do referido diploma legal, tendo sido o Judiciário utilizado, cada vez com mais frequência, um meio para efetivação da norma maior.

O Judiciário não pode se eximir da apreciação de lesão ou ameaça de lesão, conforme preceitua o art. 5º, XXXV da Constituição federal de 1988 contudo, ao proferir decisões correlacionadas à saúde, devem ser observados os procedimentos previamente existente bem como se atentar para os princípios da isonomia e reserva do possível.

Isso se justifica na medida em que a atuação do Judiciário, obrigando o Estado na prestação de procedimentos relacionados à saúde, com imposição de astreintes e retenção de valores via sistemas conveniados, prejudica, em demasiado, as previsões orçamentárias estatais atingindo toda a coletividade.

Nesse contexto, torna-se imperioso que as políticas públicas de saúde sejam constantemente revistas, bem como que a aquisição de medicamentos e outros procedimentos relacionados à saúde sejam mais eficazes e realizados por via administrativa, no intuito de que o Judiciário seja cada vez menos utilizado, tendo em vista que a utilização deste último levará a mais um gasto para o mesmo fim. Em suma, a atuação do Estado deveria se dar de forma preventiva, ao passo que prevenir é melhor do que remediar.

Na mesma linha de raciocínio, o Judiciário, com edição de súmulas e jurisprudências paradigmas, deveria tornar objetiva a atuação no que diz respeito à saúde, observando as políticas públicas de saúde preexistes e averiguar, no caso em concreto, se o procedimento pleiteado é realmente essencial à garantia do esculpido no art. 196 da Constituição Federal bem como se o requerente não possui outros meios para atingir o mesmo fim.

Por fim, o Estado deveria ser mais eficaz para atendimento da população, como, por exemplo, com a realização de procedimentos mais céleres, criação de setores específicos de pesquisa correlacionadas à saúde, realização de convênios com grupos farmacêuticos hospitalares bem como promoção de palestras educativas, no intuito de que a população procure, primeiramente, conseguir o

procedimento pela via administrativa, haja vista a diminuição de gastos, o que levaria a uma melhor efetividade das normas constitucionais garantidas.

Referências

BARROSO, Luiz Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 abr.2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no recurso extraordinário 607.381/SC**. Relator: FUX, Luiz. Publicado no DJ de 17-06-2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=624235>>. Acesso em: 15 abr.2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental em Suspensão de Tutela Antecipada STA-AgR 175/CE**. Relator: MENDES, Gilmar. Publicado no DJ de 30-04-2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=610255>>. Acesso em: 15 abr.2017.

LAZARI, Rafael José Nadim de. **Reserva do possível e mínimo existencial: um necessário diálogo**. Orientador: Renato Bernardi. Co-orientador: Gelson Amaro de Souza. 2012. 168f. Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado em Direito da Fundação de Ensino “Euriídes Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília/SP- UNIVEM, 2012. Disponível em: <http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/850/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Rafael%20Jos%C3%A9%20Nadim%20de%20Lazari_2012.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 abr.2017.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento – Ação Civil Pública – Fornecimento de Medicamento – Bloqueio de verba – Bacenud – Possibilidade – Ausência de Cumprimento da obrigação imposta demonstrada – Preclusão – Inocorrência – Rediçã do teto das astreintes – Possibilidade – Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade. **Agravo de instrumento n. 1.0271.15.014132-0/001**. Relatora: Heloisa Combat. Belo Horizonte, Publicado no DJ de 26 jul. 2016. **Jurisprudência mineira**. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_complemento2.jsp?listaProcessos=10271150141320001> Acesso em: 22. Abr. 2017.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 4 ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

MORAES, de Alexandre. **Direito Constitucional**. 32 ed. rev. e atual. até a EC n. 91, de 18 de fevereiro de 2016. São Paulo: Atlas, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROSA, Arhur. União prevê gasto de R\$ 3,9 bi com ações em medicamentos. **Valor econômico**. São Paulo, 14 abr. 2014, s.p. Disponível em: <<https://www.interfarma.org.br/noticias/400>>. Acesso em: 22 abr. 2017.